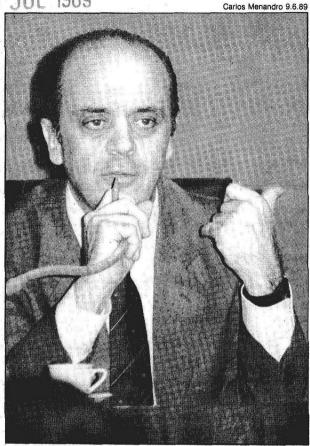
Recesso inviabiliza pacto do Congresso

O recesso parlamentar 5 JUL 1989 La vai prevalecer e, até o fianal do mês, será quase que impossível amarrar o programa econômico de emergência para evitar o caos no País, até a posse do sucessor do presidente José Sarney, em março do próximo ano. Para o deputado José Serra (PSDB—SP), ainda não será na próxima segundafeira que o presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), conseguirá reunir os dirigentes dos diversos partidos para definir o pacto interpartidário.

Serra afirmou que o pacto tem mais o objetivo de assegurar a cobertura do Congresso Nacional ao Executivo para a execu-ção de "duro programa econômico", com a suspensão imediata de todos os subsídios e incentivos fiscais, fechamento de órgãos públicos, demissões de funcionários, redução pela metade do pagamento dos juros da dívida externa, aumento do imposto de renda para as camadas da população de maior renda e outras medidas capazes de estancar o processo hiperinflacionário.

Por isso, o parlamentar paulista, bastante elogiado pelo trabalho de relator da também austera Lei das Diretrizes Orçamentárias, quer que o pacto contenha apenas as linhas básicas de um programa antiinflacionário para o Executivo. Se as lideranças partidárias entrarem nos detalhes, o pacto correrá amplo risco de frustração antecipada no próprio Congresso, em



Serra: intenção é propor apenas linhas básicas

razão do conflito de interesses dos parlamentares, inclusive de natureza eleitoral.

O ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, Juarez Soares, disse que o Congresso Nacional não pode abandonar suas responsabilidades no ajuste da economia, "através de medidas fortes", sob pena de apressar a argentinização da crise brasileira. Na opinião do ex-diretor do Banco Central, sem acordo com o Legislativo, o go-

verno Sarney continuará sem o controle da economia por absoluta falta de credibilidade.

"E preciso que aconteça alguma coisa. A tática
de se empurrar a crise
com a barriga só vai levar
o País ao caos total. Sem a
participação do Congresso, o Executivo não tem
condições e nem vontade
de reduzir o déficit público, com a demissão em
massa de funcionários e
outros apertos" — afirmou
Juarez Soares.